

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 559.667 - DF (2014/0191949-3)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
AGRAVANTE : MARCOS ROBERTO FERNANDES DA SILVA (PRESO)
ADVOGADO : EDIMILSON VIEIRA FELIX - DF025713
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por MARCOS ROBERTO FERNANDES DA SILVA contra decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios que não admitiu recurso especial interposto com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional.

Depreende-se dos autos que o agravante foi condenado, como incurso nas sanções do art. 157, § 3º, 2ª parte, c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal, à pena de 14 anos e 8 meses de reclusão a ser cumprida em regime inicial fechado.

A apelação interposta pela defesa foi desprovida pelo Tribunal de origem (e-STJ fls. 435/465).

Daí o recurso especial, no qual a defesa apontou violação aos arts. 14, II, 157, §§ 1º e 2º, I e II, 61, *h*, todos do Código Penal e aos arts. 156, 158 e 386, VII, todos do Código de Processo Penal, sob a alegação de que não haveria, nos autos, provas suficientes para justificar o édito condenatório.

Sustentou que *"nenhum elemento judicializado foi capaz de apontar a autoria dos crimes narrados na denúncia, ensejando na evocação do princípio do in dubio pro reo, pois nenhuma condenação pode basear-se em meras suposições e elementos inconsistentes"* (e-STJ fl. 496). Requereu a absolvição do recorrente e, no caso de manutenção da sentença, pugnou pela desclassificação do crime de latrocínio tentado para o crime de roubo qualificado.

Alegou que a pena-base do réu deveria ter sido fixada no mínimo legal e que deveria ser afastada a aplicação, na dosimetria da pena, da alínea *h* do inciso II do art. 61 do Código Penal, tendo em vista que não haveria nos autos provas da idade da vítima.

Subsidiariamente, requereu a "*aplicação da causa de diminuição de pena no máximo legal, ou seja, 2/3 (dois terços da pena)*" – e-STJ fl. 517.

Inadmitido o recurso na origem, os autos subiram a esta Corte Superior por força de agravo.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do agravo.

É o relatório. Decido.

Acerca da insurgência, consta do acórdão impugnado o seguinte (e-STJ fls. 450/453):

Com efeito, da análise detida do conjunto probatório erigido aos autos, observo que a materialidade do delito encontra-se devidamente comprovada pela Comunicação de Ocorrência Policial nº5.319/2012 (fls. 08/10); pelo Auto de Apreensão e Apresentação (fls. 22/23), pelo Auto de Reconhecimento de Pessoa (fl. 43 e 59); pelo Termo de Restituição; pelo Laudo de Exame de Corpo de Delito (fls. 171/172), bem como pelos depoimentos colhidos ao longo da instrução criminal.

De igual modo, observo que a autoria também restou claramente demonstrada pela prova oral colhida sob o crivo do contraditório, aliada à provas periciais colacionadas aos autos.

[...]

Noutro giro, defendo e o Réu a desclassificação do crime de latrocínio tentado para roubo qualificado, ao argumento de que não restou configurado o animus necandi.

Também não há como ser acolhido o pedido formulado pela Defesa.

Ora, segundo os relatos, a vítima foi despida, amarrada e empurrada de um despenhadeiro, tendo ficado desacordada por horas e, ao recobrar a consciência, conseguiu se deslocar, rastejando-se até um riacho próximo ao local dos fatos para beber água, e somente foi resgatada quatro dias após o crime, circunstâncias extremamente graves que apontam para o inequívoco dolo dos agentes de ceifar a vida da vítima, evidenciado, portanto, o animus necandi (grifei).

Constata-se que o Tribunal de origem, analisando os elementos probatórios colhidos nos autos, sob o crivo do contraditório, entendeu pela comprovação da autoria e da materialidade do delito.

Desse modo, tenho que, no caso, o acolhimento das teses trazidas pela

defesa no sentido da absolvição do agravante ou da desclassificação do crime exigiria o reexame das provas, o que é vedado nesta instância extraordinária, uma vez que o Tribunal *a quo* é soberano na análise do acervo fático-probatório dos autos (Súmulas n. 7/STJ e 279/STF).

Nesse sentido:

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. LATROCÍNIO. INÉPCIA DA DENÚNCIA. REQUISITOS. ART. 41 DO CPP. CERCEAMENTO DE DEFESA. SÚMULA N. 83 DO STJ. CONDENAÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVAS. DESCLASSIFICAÇÃO DO DELITO. REVOLVIMENTO DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA N. 7 DO STJ. NULIDADE. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO. PROVA DO PREJUÍZO. CONCESSÃO DE HABEAS CORPUS DE OFÍCIO. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Não é inepta a denúncia que preenche todos os requisitos do art. 41 do CPC.

2. "É possível o encerramento da instrução processual antes que todas as testemunhas arroladas pela defesa sejam ouvidas, visto que, conforme esclarece o art. 222, §§ 1º e 2º, do Código de Processo Penal, a expedição de carta precatória não suspende a instrução criminal, podendo, inclusive, após o prazo determinado para a precatória, realizar-se o julgamento" (HC 149.249/PE, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, DJe 16/06/2015).

3. O acolhimento da pretensão recursal, no sentido de reconhecer a absolvição ou a desclassificação do delito, demandaria o revolvimento das provas carreadas aos autos, procedimento sabidamente inviável na instância especial. Incidente o enunciado n. 7 da Súmula desta Corte.

4. Para o reconhecimento da nulidade, necessária a demonstração do efetivo prejuízo processual sofrido pela defesa, o que não ocorreu no caso em questão.

5. No que toca à concessão de habeas corpus de ofício, esta demanda a ocorrência de flagrante ilegalidade, situação que não se verifica na hipótese.

Agravo regimental desprovido. (AgRg no AgRg no AREsp 690.283/MA, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 02/02/2017, DJe 10/02/2017, grifei.)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. LATROCÍNIO. ABSOLVIÇÃO. REVISÃO DE FATOS E PROVAS. SÚMULA N. 7 DO STJ. AUSÊNCIA DE PROVA DA MATERIALIDADE. DESCLASSIFICAÇÃO. INOVAÇÃO RECURSAL. INADMISSÃO. REDUÇÃO DA PENA-BASE.

CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. NOVA DOSIMETRIA. AGRAVO REGIMENTAL PARCIALMENTE PROVIDO.

1. O exame da pretensão recursal, de insuficiência das provas da autoria, implica a necessidade de revolvimento do suporte fático-probatório delineado nos autos. Súmula n. 7 do STJ.

2. A Corte de origem não reproduziu os depoimentos das testemunhas; limitou-se a registrar a formação do seu convencimento e as impressões que teve a partir da análise das transcrições, o que impossibilita a reavaliação das provas nesta instância extraordinária.

3. A jurisprudência desta Corte Superior não admite, em agravo regimental, a apreciação de questão que não foi objeto do recurso especial. Precedentes.

4. Afronta o art. 59 do CP decisão que considera como circunstâncias judiciais negativas consequências inerentes ao crime de latrocínio, mormente se não especificados elementos concretos do caso em análise.

5. Agravo regimental parcialmente provido para afastar a valoração negativa das consequências do crime e reduzir a pena imposta ao agravante. (AgRg no AREsp 513.090/MT, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 10/05/2016, DJe 19/05/2016, grifei.)

Do mesmo modo, verifico que a análise das teses referentes à dosimetria da pena também esbarra no óbice da Súmula n. 7/STJ. Isso porque as questões relativas às circunstâncias judiciais, à incidência da agravante do art. 61, II, *h*, do Código Penal, bem como à aplicação da causa de diminuição prevista no art. 14 do Código Penal, no caso em testilha, foram decididas com base no universo fático-probatório dos autos.

Ante o exposto, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator